

**HABEAS CORPUS Nº 498.928 - SP (2019/0074814-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : MERHEJ NAJM NETO E OUTRO  
**ADVOGADOS** : MERHEJ NAJM NETO - SP175970  
DIOGO DE PAULA PAPEL - SP345748  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MARIO APARECIDO MARTINS PATRICIO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MARIO APARECIDO MARTINS PATRICIO, em face de acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado (fl. 99):

Apelação da Defesa - Tráfico de Drogas - Provas suficientes à condenação - Materialidade e autoria comprovadas - Apreensão de 35 gramas de cocaína em poder do réu, além de quantia em dinheiro - Negativa de autoria não comprovada - Consistentes depoimentos dos policiais responsáveis pelo flagrante - Fatores que, associados à prova produzida, levam à conclusão de que os entorpecentes eram destinados ao consumo de terceiros - Impossibilidade de desclassificação da conduta para aquela prevista no artigo 28 da Lei Antidrogas - Pena-base fixada acima do mínimo legal, em razão do elevado poder deletério da substância apreendida - Inaplicabilidade do redutor previsto no artigo 33, § 4º, da mesma norma - Regime diverso do fechado incompatível com delitos de singular gravidade - Necessidade de maior repressão contra o tráfico de entorpecentes - Recurso de apelação desprovido, com determinação.

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em 1º Grau, à pena de 5 anos e 10 meses de reclusão, no regime fechado, além do pagamento de 583 dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006 (fls. 89/97).

Interposta apelação criminal pela defesa, o recurso foi improvido, determinando-se, ao final, a expedição do respectivo mandado de prisão (fls. 98/109).

Assinala o impetrante a impossibilidade de expedição de mandado de prisão, invocando, para tanto, o princípio da presunção de inocência.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem com o fim de que seja evitada a concretização da ameaça do direito de locomoção, com a expedição de salvo-conduto em favor do paciente.

Liminar indeferida às fls. 149/150.

Prestadas as informações (fls. 155/182 e 185/337), manifestou-se o Ministério Público Federal pela denegação da ordem (fls. 339/342).

Constas das informações a oposição de embargos de declaração, os quais foram rejeitados pela Corte local (fl. 156).

É o relatório.

DECIDO.

O impetrante alega a existência de constrangimento ilegal decorrente de expedição de mandado de prisão.

A Sexta Turma desta Corte, ao apreciar os EDcl no REsp 1.484.413/DF e no REsp 1.484.415/DF, na sessão de 3/3/2016, adotou a orientação firmada pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal (HC 122.292/MG, de 17/2/2016) de que a execução provisória da condenação penal, na ausência de recursos com efeito suspensivo, não viola o princípio constitucional da presunção de inocência.

Os fundamentos do voto condutor do acórdão no Supremo Tribunal Federal, de relatoria do Min. Teori Zavascki, encontram-se sintetizados na seguinte ementa:

CONSTITUCIONAL. HABEAS CORPUS. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA (CF, ART. 5º, LVII). SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA CONFIRMADA POR TRIBUNAL DE SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. POSSIBILIDADE.

**1. A execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal.**

**2. Habeas corpus denegado (HC 126.292, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 17/2/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-100 de 17-5-2016).**

Apreciando medida cautelar nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade 43 e 44 em recente julgado, ocorrido em 5/10/2016, o Pleno do Supremo Tribunal Federal, por maioria, reafirmou o entendimento da possibilidade de execução provisória da pena, na ausência de recurso com efeito suspensivo.

Dessa forma, exaurida a instância ordinária e na pendência de recursos especial ou extraordinário, somente casuísticos efeitos suspensivos concedidos, seja por cautelar ou *habeas corpus*, terão o condão de obstar a execução provisória, o que não ocorreu no caso em apreço.

Consta das informações a oposição de embargos de declaração, os quais foram rejeitados pela Corte local, evidenciando, assim, o esgotamento da instância ordinária (fl. 156).

Dessa forma, não há que se falar em constrangimento ilegal, suscetível de concessão de *habeas corpus*, uma vez que o acórdão combatido está em total conformidade com a jurisprudência desta Corte.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 06 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator

